



Anais da Assembléia

116

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE AGOSTO DE 1996

ANO XIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Alvaro Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calisto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermes Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Pérciles Mello - Emerson Narone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO N° 008/96

SÚMULA: Referenda o Decreto Legislativo n° 003/96, de 12 de fevereiro de 1996.

DATA: 06 de agosto de 1996.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica referendado o Decreto Legislativo n° 003/96, de 12 de fevereiro de 1996, que autorizou o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, entre os dias 13 e 24 do corrente, com destino aos Estados Unidos da América, para participar de vários eventos e tratar de assuntos de relevante interesse para o Estado do Paraná.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 1996**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Geraldo Cartário e Nelson Garcia.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmia da Silva, Sérgio Spada, Toti Colazo, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se em licença o Senhor Deputado Edgar Bueno (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Remunerimentos:

REQUERIMENTO N° 679

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para discussão e votação do Projeto de Lei n° 307/96, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 07.08.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO

NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 682

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª. Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.08.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a realização de uma sessão extraordinária após a presente sessão.

Sala das Sessões, em 07.08.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 691

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo o presente assina, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência expor, para no final requerer o seguinte:

A Empresa Cervejaria Kaiser Brasil Ltda, está construindo uma unidade de sua produção em nosso Município de Ponta Grossa.

sa, a qual gerará inúmeros empregos.

No entanto, o vice-Presidente de Assuntos Cooperativos da Cervejaria, em matéria recente editada pelos jornais que veiculam em nosso município fez um pronunciamento que deixou a comunidade pontagrossense muito preocupada.

O referido pronunciamento refere-se a alta taxa do ICMS ora aplicada pelo nosso Estado, o que poderá lesar a referida construção da unidade.

Se isto vier acontecer Excelência, sérios transtornos e prejuízos trará à nossa comunidade. Por esta razão é o presente para solicitar junto Vossa Excelência a oportunidade do Senhor Carlos Eduardo Jardim pronunciar-se no grande expediente desta Casa de Leis, no dia 08 próximo vindouro, trazendo-nos suas preocupações e o que está atrapalhando na construção, para que achemos uma solução.

Certos e conhecedores que somos de seu alto espírito de civismo e de que o nosso Estado aumente cada vez mais seu parque industrial, antecipamos agradecimentos.

Sala das Sessões, em 07.08.96.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa REQUER, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Valdir José Ferri, Chefe de Divisão de Serviços Rodoviários, da Prefeitura Municipal de Luiziana.

Pessoa idônea, de nosso relacionamento, deixa esposa, filhos e amigos enlutados.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, à família do mesmo, à Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira s/n° no Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 07.08.96.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO N° 680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à nova Diretoria da Associação Comercial do Paraná, lúsvios à posse ocorrida no dia 06 próximo passado.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Associação, Senhor Ardisson Naim Akel, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro n° 601, CEP: 80.020-925, nesta capital.

Sala das Sessões, em 07.08.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 681

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, alusivos às comemorações dos 136 anos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, realizadas na Delegacia Federal no Paraná, no período de 23 a 26 de julho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Delegado Federal no Estado do Paraná Senhor Mario Bezerra Guimarães, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José Veríssimo n° 420, CEP: 82.820-000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.08.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 686

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações à direção do Banco Araucária pela inauguração de sua 1ª agência fora de nossa Capital.

Requer, ainda, que da decisão do douto Plenário seja comunicado ao seu Presidente Sr. Alberto Dalcancal Neto, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.08.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Originário de uma Corretora de Valores, há seis anos surgia no cenário de nossa Capital o Banco Araucária, que não vinha para competir com as grandes instituições financeiras, mas sim direcionada ao mercado de pequenos e médios empresários e investidores.

No ano passado, o Banco Araucária conseguiu rentabilidade expressiva para um banco de seu porte: 14,76% sobre o patrimônio e um lucro de R\$ 3 milhões em 1995.

O atendimento personalizado que implantou e o acompanhamento diário das aplicações de seus clientes garantiram ao banco credibilidade, e no momento em que constatamos dificuldades na maioria das instituições financeiras do País, o Banco Araucária vai na contramão e inaugurou a primeira agência fora da nossa Capital, na cidade de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO N° 683

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos

DECRETA:

sinos Srs. Deputado Basílio Villani - Coordenador do Banco da Federal do Paraná e Arlindo Porto Ministro da Agricultura, solicitando um estudo para que o Banco do Brasil S/A., retorne a efetuar financiamento de feijão e que a liberação das parcelas sejam feitas na época do plantio, o qual ocorre na 2ª. quinzena de julho entendendo-se até o mês de agosto.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, sejam cientificados o Vereador Sebastião Gonçalves Ferreira do Município de Barbosa Ferraz e ao presidente da Associação de Câmaras da Microrregião Doze - ACAMDOZE, José Lopes Rodrigues.

Sala das Sessões, em 07.08.96

(a) NELSON TURCK.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição fundamenta-se nos justos reclamos de todos os agricultores do Município de Barbosa Ferraz, pois a cultura do feijão é muito rendosa para os mesmos e gera muita mão-de-obra familiar, fazendo com que as famílias permaneçam nas propriedades rurais, evitando assim o êxodo rural e o fortalecimento do comércio nos municípios.

REQUERIMENTO N° 687

SÚMULA: Requer envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e ao Presidente do Banestado.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Presidente do Banestado, Domingos Murta Tarso Ramalho, solicitando a manutenção do valor das atuais tarifas bancárias.

Sala das Sessões, em 07.08.96

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Monetário Nacional acaba de liberar a cobrança das tarifas bancárias, que ao nosso ver irá prejudicar sensivelmente os pequenos correntistas e poupadores.

Visando preservar a função social que um banco estadual deve ter, estamos solicitando ao Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, e ao Presidente do Banestado, Domingos Murta Tarso Ramalho, a manutenção da atual política de cobrança de tarifas.

O objetivo é evitar a fuga de clientes, em sua grande maioria funcionários públicos estaduais ou mesmo pequenos poupadores.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 354/96
A Assembleia Legislativa

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao médico cirurgião cardíaco Randal José Viléla Batista.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.96

(aa) ANIBAL KHURY e

BETO RICHÁ.

JUSTIFICATIVA:

Randal José Viléla Batista nasceu em Passos, Minas Gerais, em março de 1947.

Filho de Jílio Batista e Maria Viléla Batista, Randal tem três irmãos: Bergerac, Plauto e Gersone. Com 10 anos mudou-se de Passos para Londrina, onde ficou até 62. A família Batista muda-se para Curitiba e Randal frequenta o Colégio Estadual do Paraná e em 72 forma-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná.

Casado com Odessa Luby, Randal viveu seis anos em Boston, Estados Unidos, onde fez residência médica. Lá nasceram seus filhos gêmeos Joubert e Lennard.

De Boston seguiu para o Canadá, onde permaneceu quase três anos. Foi no Canadá que seu terceiro filho, Jean-Claude, nasceu.

Depois desse período, sua família retorna ao Brasil. Randal segue para a Europa, onde estagiou na Inglaterra e França. Em 83, nasce em Curitiba a única filha do casal, Juliana.

Randal começou sua vida profissional como cirurgião cardíaco trabalhando no Hospital Nossa Senhora das Graças, saindo de lá em 1989 para trabalhar no Hospital Angélica Caron, em Campina Grande do Sul, onde permanece até hoje.

Esta, que parece ser a história de vida de um profissional da medicina, esconde, na verdade, a trajetória de um homem especial.

Desde cedo, Randal já se destacava por sua curiosidade em relação à fisiologia de um dos principais órgãos humanos: o coração.

De família pobre, o menino não tinha pudores em dissecar os corações de animais recém abatidos num matadouro. Chegou até a organizar uma fórmula após examinar centenas de órgãos: a massa muscular de um coração é igual quatro vezes o raio ao cubo. "Simples", define Randal em reportagem assinada por Sandra Nassar e publicada pelo jornal Folha de Londrina.

"Ventriculoplastia redutora" é o termo técnico para a "Batista Operation", cirurgia cardíaca desenvolvida por Randal no Hospital Angélica Caron e que lhe rende fama internacional e convite para operar em várias

partes do mundo.

Apelidada de "Cirurgia do Naco", a técnica consiste em retirar um "bife" da parede do coração, que pode chegar a um quarto do músculo, sobre o ventrículo esquerdo. Ao criador, o espanto da comunidade científica internacional e a possibilidade de ser considerado o responsável pelo maior achado em cirurgia cardíaca dos últimos 30 anos.

Dos sucessos obtidos seguidamente na uterção, basquete e pólo aquático, Randal agora tem outras motivações. Faz doze anos que a primeira cirurgia foi feita, com a paciente levando uma vida normal. No mundo, já foram feitas mais de 600. A média diária é de três cirurgias em pacientes do Brasil e exterior.

Professor das universidades americanas de Buffalo, Harvard e Yale, Randal tem convite para permanecer nos Estados Unidos, mas escolheu desenvolver sua técnica no Angelina Caron, onde faz um trabalho de alcance social sem precedentes. O título de Cidadão Honorário do Paraná para Randal José Viléla Batista é uma forma desta Assembleia Legislativa reconhecer o trabalho de um homem especial que tem se destacado por sua personalidade simples e jeito humilde de ajudar o próximo.

PROJETO DE LEI N° 355/96
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - As instituições financeiras, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigadas a instalar sistema de filmagem e monitoramento permanentes dentro dos chamados "Caixa Eletrônicos" e "24 Horas", e ainda, manter pelo menos um vigilante durante todo o período de seu funcionamento.

Art. 2° - O equipamento de filmagem deverá ser instalado em local que garanta o sigilo da operação regular do cliente, ao mesmo tempo em que possibilite a identificação de possíveis criminosos.

Art. 3° - Competirá à Secretaria de Estado da Segurança Pública fiscalizar as instituições financeiras no cumprimento do disposto desta Lei.

Art. 4° - As instituições financeiras que não cumprirem o disposto nesta Lei ficarão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de 100 (cem) mil Ufir-

III - interdição do "Caixa Eletrônico" ou "24 Horas",

Art. 5° - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dentro de 60 (sessenta dias).

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.96

(a) BETO RICHÁ.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa estabelecer regras no âmbito do Estado do Paraná necessárias à segurança dos usuários dos serviços dos chamados "Caixas Eletrônicas" ou "24 Horas".

Embora, a primeira vista, este serviço tenha sido oferecido aos clientes como alternativa para facilitar a prestação de serviços das instituições financeiras, o mesmo vem se tornando um verdadeiro terror aos seus usuários.

Atualmente, diversas quadrilhas de bandidos se especializaram em assaltar pessoas, principalmente as que estão em seus veículos. E a primeira coisa que procuram de suas vítimas são os cartões magnéticos que dão acesso aos "Caixa Eletrônico" ou "24 Horas".

Isto se dá a partir da ameaça com facas e revólveres registrados nos mais variados horários, uma vez que esses criminosos têm a certeza que não encontrarão nenhum tipo de segurança que impeçam de roubar o dinheiro que quiserem de suas vítimas. Hoje é raro encontrarmos uma pessoa que não conhece alguém que foi vítima desse tipo de roubo, que no jargão policial se conhece como "quadrilhas de cartões de crédito".

Precisamos dar uma basta neste tipo de impunidade que os criminosos hoje encontram. É inconcebível que nos "Caixas Eletrônicas" não tenhamos nenhum tipo de segurança que possa inibir a ação de marginais.

Visando impedir em grande parte este tipo de delito é que apresentamos a esta Augusta Casa de Leis o presente projeto. Além de garantir o sigilo das operações regulares do cliente, a proposta irá assegurar maior segurança aos mesmos e possibilitará à polícia a identificação das pessoas que estão aterrorizando os usuários dos Caixas Eletrônicos.

PROJETO DE LEI N° 356/96
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o Clube de Mulheres Unidas do Jardim Jatobá, com sede e foro no Município de Londrina - Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.96

(a) ANTONIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mulheres Unidas do Jardim Jatobá, tem por finalidade criar condições de participação e promoção de mulheres, crianças e adolescentes do Jardim Jatobá e

São Lourenço, da cidade de Londrina-PR, sem discriminação religiosa, racial, política e situação sócio-econômica, bem como estudar e identificar os problemas comuns que envolvem as mulheres e seus familiares, levantar alternativas de ação e execução de programas sociais de seus moradores que visem a melhoria das condições de vida.

Já que preenchem todos os requisitos da Lei n° 6994/78 e realiza tão nobre tarefa com muito êxito, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública, motivo pelo qual espero, poder contar com o apoio dos nobres Srs. Deputados, visando a aprovação, por esta Casa de Leis, da proposição ora apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kruzy) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, com a palavra a Senhora Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O motivo que me traz a esta tribuna hoje, é falar sobre o lançamento dessa cartilha, que tem grande importância a nível nacional, porque no ano passado foi votada uma lei que exige dos partidos políticos que tenham 20% de candidaturas femininas, e essa cartilha vem orientar as mulheres participantes das eleições.

Pela primeira vez na história há uma preocupação real e legal em relação à metade da população em participar das decisões políticas, das decisões de poder. Isso me deixa muito feliz, porque em 82 aqui cheguei, nesta Casa, como a primeira mulher do Paraná a integrar uma Assembleia Legislativa, a participar do Parlamento do nosso Estado. E daí, então, tivemos poucas mulheres participando. Na última legislatura tivemos a Emilia Belinati, apenas ela entre os 53 Parlamentares. E, atualmente, apenas eu, novamente, no meu terceiro mandato. Então, quando vejo o interesse das mulheres em participar. Isso me deixa muito feliz.

E gostaria, aqui, de ler o discurso ontem feito no Palácio Iguazu, pela Senhora Alzeli Bassetti - Presidente do Conselho Estadual da Mulher do Paraná no lançamento desta cartilha. Passo a fazer a leitura do seu discurso para que fique registrado nos Anais desta Casa como história do Paraná e as mulheres participando do poder:

(Lê): Em sua obra "A importância de Viver", o filósofo, pensador e escritor Lin Yutang diz que "não há no mundo livros que se devam ler, mas somente aqueles que determinada pessoa deve ler, em certo momento, em certo lugar, dentro de certas

circunstâncias e num certo período de sua vida". As cartilhas, porém, pela objetividade, conteúdo específico, poder de síntese e clareza de idéias que encerram, serão sempre oportunas e de incomensurável valia. Porque ainda permitem a colaboração pessoal daqueles que as manuseiam e aperfeiçoam.

Ao concretizar a idéia de elaborar a cartilha "Mulheres sem medo do Poder", a bancada feminina do Congresso Nacional está dotando as candidatas às Câmaras Municipais do País de informações e orientações básicas sobre o contexto político nacional, a legislação pertinente, e a inserção da mulher na instância legislativa, conclamando cada postulante a acrescentar ao valioso manual de campanha, conteúdos advindos das realidades locais e de sua própria vivência como cidadãs.

A cartilha é assim um instrumento ímpar para a tão almejada formação da consciência crítica, a partir da realidade concreta. Os três Poderes constituídos, Conselhos, Fóruns, ONGs, Entidades de Categorias e Sindicatos, Lideranças Políticas Comunitárias e Religiosas, bem como os profissionais que operam nos meios de comunicação, são conclamados a participar e contribuir neste passo adiante da democracia brasileira, que será o acesso mais amplo e consciente da mulher no âmbito das Casas de Lei, oriunda da militância partidária, condição "sine qua non" para a igualdade de gênero, ideal democrático perseguido ainda por todas as nações.

Este hoje indispensável e inadiável acesso fará emergir uma nova forma de atuação política, uma reformulação de prioridades, estribadas na ética, no respeito às diferenças, na equidade de gênero, na cristalinidade de atitudes e ações, na importância da capacitação e informação, sob a visão macro e integral do político, do econômico, do social e do cultural.

Não poucos concebem erroneamente o Poder como peste desoladora, que polui inevitavelmente quem dele se acerca. Que transforma pessoas em escravos e o corpo humano numa espécie de autômato mecanizado.

Por razões múltiplas, lamentavelmente, pouco tem sido ele estudado e mínima tem sido a abordagem sobre as relações que no Poder se estabelecem.

Nós, mulheres, desejamos desvendar esse mistério, conhecê-lo a partir de nossa entrada mais quantitativa e qualitativa nele. Para transformá-lo, em parceria com nossos irmãos homens, e colocá-lo a serviço maior da estabilidade democrática, da afirmação dos valores reais do livre e crescente exercício da cidadania, do desenvolvimento integral e conjunto de nosso

País e da solidificação da paz.

Uma paz não passiva, mas ativa e dinâmica, que venha, através da criação de uma mentalidade pacífica no senso comum, substituir a violência sistêmica, urbana, rural, familiar, doméstica e aquela específica das relações mulher e homem.

Registramos aqui a relevância da iniciativa paralela do IPE - Instituto para Promoção da Equidade, coordenado por esta lúida liderança política nacional que nos prestigia sobrenamente com sua presença neste evento, professora Maria Teresa Augusti, o qual juntamente com a Embaixada do Canadá e com o IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, está promovendo o curso para capacitação de monitoras locais, para coordenação de Seminários Estaduais, visando a capacitação subsequente de mulheres candidatas.

São sementes que, por certo, serão frutos importantes para as verdadeiras transformações que o Brasil, como um todo, requer.

O Conselho Estadual da Mulher do Paraná, inspirado nos agentes transformadores antes citados sob inspiração do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e fiel ao compromisso do Governo Jaime Lerner para com a grande transformação local, está enviando dois representantes: a Professora da UFPR e Conselheira Leila Santiago Buffen e a Assessora Político-Administrativa Maria Meira Maia Cleve, para amealhar esse fundamental conhecimento, as quais firmam o compromisso de levá-lo adiante.

A cartilha preciosa elaborada pela Bancada Feminina do Congresso Nacional e o Curso para a Capacitação de Monitoras Locais, liderado em ação conjunta pelo IPE chegam ao Paraná no momento, no lugar, nas circunstâncias e no período ideais. Encontra mentes e mãos receptivas para executar, na praxis, os conteúdos transformadores vitais para a democracia, a equidade, o desenvolvimento e a paz brasileiros.

Saudemos, por fim, nossas corajosas candidatas, cuja vontade política e cujo engajamento partidário engrandecem sobremaneira os partidos que as abrigam, a comunidade paranaense que tão valiosamente serve e a causa da mulher, deste e do século que se aproxima.

A vocês, nossa esperança e nosso empenho de vitória, para o bem do nosso digno e dignificante Estado.

Muito obrigada.

Acabo de ler o pronunciamento feito no dia de ontem pela Alzeli Bassetti, Presidente do Conselho da Mulher do Paraná, no lançamento da Cartilha "Mulheres Sem Medo do Poder".

Quero dizer a vocês que essa cartilha está chegando, realmente, na hora certa, como diz a Alzeli.

Nós mulheres não temos muita liberdade, digamos assim, ou até intimidade com as questões do poder porque nele apenas participamos nas eleições eleitorais como cabos eleitorais ou segundo escalão e as mulheres são muito eficientes nisso para convencer os seus eleitores para votar no seu candidato porque elas realmente acreditam no trabalho que elas fazem. É muito importante e fiquei muito emocionada ontem ao ver este lançamento desta cartilha e ver ali a nossa companheira Maria Teresa Augusti que lutou conosco na constituinte Federal e nas mudanças de leis que hoje imperam no nosso País em relação à cidadania da mulher. É o que gostaria de solicitar aos nossos companheiros, que solicitassem ao Conselho da Mulher que levassem estas cartilhas às suas companheiras do interior e que solicitassem também do conselho a monitora para fazer a qualificação não só da candidata mas das suas companheiras de trabalho porque na verdade esta é uma luta grande há tempo. Estamos lutando por participar do poder há uma longa data mas agora é que estamos na mídia e estamos na moda. Só apenas por isso, porque uma lei da nossa Senadora Marta Suplicy e diga-se que somos muito pouco representadas, nós mulheres brasileiras, no Congresso Nacional temos 34 mulheres deputadas Federais e apenas 6 Senadoras. Não chegamos a 5% da representação do nosso País. Por isso criamos esta lei discriminatória positiva para que as mulheres pudessem participar.

O SR. ANTONIO BELINATI (A parte) - Ilustre

Deputada Irondi Pugliesi, estamos ouvindo a exposição de Vossa Excelência e parabeniza-la por este trabalho, por esta luta, por esta causa que encampou ao longo de sua brilhante carreira seja como Vereadora, como Primeira-Dama, como Deputada Estadual e especialmente sobre a nossa Assembleia Legislativa com 54 Deputados e apenas Vossa Excelência como Deputada, permita dizer nobre Deputada Irondi que na verdade o que vale é a essência, a qualidade, a competência de Vossa Excelência, que Vossa Excelência sendo apenas uma representante da mulher paranaense na verdade tem se destacado tanto que creio que Vossa Excelência está cobrindo inclusive até a ausência da participação de um maior número de mulheres nesta Casa de Leis.

Parabéns pela sua perseverança neste trabalho em defesa da mulher brasileira.

O SR. DR. ROSINHA (A parte) - Deputada

Irondi, esta lei discriminatória positiva tenho defendido desde quando era projeto porque entendo a necessidade da superação da desigualdade. Se há uma discriminação

nação negativa precisamos equilibrá-la com este tipo de projeto de lei. Acho que ela deveria ser muito mais debatida e divulgada do que tem hoje mas infelizmente os limites não são das mulheres militantes políticas mas sim o limite é colocado e entendido assim, principalmente nos meios de comunicação ele é limitado até porque ele tem um caráter machista, seja como é usada principalmente a mulher como objeto seja na publicidade seja em novelas ou filmes e de maneira geral nunca colocando sob outro ângulo a análise da participação da mulher e quase sempre ou na maioria das vezes dá para se dizer que coloca mais como uso de objeto de venda de mercadorias ou até mesmo de venda do corpo feminino.

Vejo que esta lei é importante e gostaria e desejaria que nela se encaixasse uma boa quantidade de homens Parlamentares ou não na defesa dela e na exposição desta lei. Vejo que ainda ela é insuficiente, seja só os resultados do número de candidatas hoje no Brasil. Mesmo com esta lei é insuficiente o número de candidatas inclusive no meu partido porque não é de uma hora para outra que se coloca em prática uma lei, quando a mulher vive o tempo todo sendo massacrada, explorada, oprimida e para romper isso, mais que uma lei é necessário a ruptura da cultura e esta é que é mais demorada. É a mudança da maneira de pensar, é mudança cultural e para isto que é necessário o maior engajamento de homens na defesa dela e o maior engajamento, inclusive, dos meios de comunicação.

Tem todo o nosso apoio como militante político e como defensor da causa das mulheres e também defensor das chamadas, que não coloco a mulher como minoria, mas das minorias também, oprimidas que necessitaria também deste tipo de lei discriminatória positiva em alguns outros setores da sociedade. Concordo plenamente com toda a exposição feita por Vossa Excelência e pode contar com o apoio nosso como militante partidário e militante da causa feminista.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Gostaria de dizer aos companheiros que não é porque a mulher começou a participar com 20% nos Partidos Políticos como candidatas é que nós mulheres deixamos de sofrer a violência que massacra as mulheres brasileiras, o preconceito com relação ao trabalho pela maternidade porque a nós mulheres exige que sejamos mães, mas ao mesmo tempo nos tiram o direito do trabalho pela maternidade. É uma incoerência social muito grande, como disse o Deputado, e repetimos ontem e temos repetido aonde vamos que nós mulheres não podemos permitir que isto aconteça mais. Não podemos mais deixar que não tenhamos voz que fale por nós. Queremos participar das decisões do Poder, mas

também das decisões econômicas do país. Temos mulheres fortes, capazes, competentes, com garra para participar das decisões políticas, das decisões de Poder. As mulheres têm uma visão diferente da sociedade. As mulheres entram a sociedade como uma grande família porque o que une a família hoje é a mulher e não temos dúvida disto.

É isto pela maternidade. A mulher participa da comunidade, na associação de bairros, na escola, ela participa ajudando na igreja, enfim ela faz um trabalho invisível comunitário que os homens não se propõem a fazer. E para termos a avaliação do que a mulher faz invisível o trabalho que ela faz e que ninguém percebe é apenas fazendo uma greve de mulheres, cruzarmos os braços por apenas um dia, dois, três dias, só na Cidade de Curitiba, para a gente ver o caos que viraria sem o trabalho da mulher.

Na verdade o que queremos é colocar o melhor para nossa família, para nossa sociedade, e esta visão a mulher tem diferente do homem por causa da família.

E queremos que os nossos Deputados, que os nossos Parlamentares, que os nossos Vereadores, Prefeitos e a comunidade participem desta mudança cultural. Estivemos na China, em Nairobi, em 85, para avaliação da década da mulher promovida pela ONU, na China o ano passado mais de 30 mil mulheres para discutirmos o problema da mulher no mundo e chegamos a conclusão que as mulheres serão as maiores agentes de transformações sociais do século XXI que está aí para chegar. Falta apenas quatro anos para que ele chegue e as mulheres querem participar, mas as mulheres querem participar propondo uma mudança, mas não é uma mudança apenas superficial, é de cultura e para que isto ocorra ela tem que participar não só das decisões políticas, econômicas do Poder, mas das empresas às quais elas trabalham e que elas possam disputar um cargo para empresa sem que o filho ou a maternidade a prejudique, que ao final a qualifique porque se a mulher tem que trabalhar é para sustentar o seu filho. Não queremos que a mulher negra seja discriminada. Não queremos que a mulher analfabeta continue analfabeta, porque nós mulheres do mundo inteiro, junto com a ONU, chegamos à conclusão que enquanto a mulher continuar sem o ensino médio, o ensino básico é fundamental, nossos filhos e o mundo não vão se transformar e nós precisamos que isto ocorra. Enfim, poderíamos ficar aqui comentando e falando a respeito dos problemas que a sociedade gera dentro do "status quo" que domina em relação a mulher, poderíamos ficar discutindo isto durante horas. Mas o que quero dizer

aqui hoje é que eu como militante na luta pelos direi- da mulher desta metade da população do Brasil e do nosso Estado que gostaria que essa lei fosse eliminada o mais rápido possível como as delegacias da mulher e os conselhos da mulher, que fosse muito passageiro mesmo, que isso desaparecesse no menor prazo de tempo possível para que pudéssemos chegar a essa tribuna e dizer que nós realmente somos seres humanos, que somos justos e que vivemos em igualdade de condições. Mas isso não é verdade, poderíamos dizer como o Deputado Rosinha disse em relação aos idosos, em relação a criança, sem falar das raças.

Então, acho que esse País possa mudar tem que começar a mudança pela mulher porque a maternidade nos faz como mãe e professoras, autoras de mudanças. E confio plenamente nas mulheres, na sua capacidade, na sua garra, porque a mulher quando se predispõe a uma luta ela vai com muita confiança porque ela acredita nela. Então, quero ver as minhas companheiras participando comigo nesta Casa em números de igualdade, porque não queremos levar 400 anos para termos paridade no poder político da Nação, nós queremos é botar o nosso dedo na história, anteciparmos a história, queremos que a história chegue até nós não esperando esses quatros séculos, mas que ele chegue até nós com a rapidez que nós precisamos para a nossa vida, para que a nossa vida seja melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente e Senhores Deputados, em primeiro lugar queria registrar que o Deputado Anibal Khury hoje manifestou o seu apreço pelo nosso programa de televisão no horário político eleitoral, classificando o nosso programa como um dos melhores programas. A nossa intenção nessa campanha eleitoral é apresentar os problemas que a nossa cidade tem, discutir os problemas, e a perspectiva de que a administração municipal que tem um dever fundamental na vida do nosso povo, sobretudo nos momentos que nós estamos passando no nosso País, momento de profunda crise do ponto de vista social, do ponto de vista econômico, apresentar com que a administração municipal possa ser a promotora de uma justiça social cada vez mais ampla para a maioria do nosso povo. E pretendemos continuar o caminho que apresentamos no período eleitoral, um programa que possa discutir com alegria, que possa apresentar propostas para a Cidade de Curitiba, que possa significar o resgate de uma esperança da maioria do

nosso povo em poder lutar por aquilo que é de direito.

Mas o que me traz a essa tribuna é em relação a pesquisa eleitoral publicada ontem no Jornal Nacional da TV Globo, e reproduzida na Gazeta do Povo no dia de hoje, publicação da pesquisa do IBOPE, que dá os seguintes números: Cássio Taniguchi, candidato apoiado pelo Prefeito e pelo Governador em primeiro lugar nas pesquisas, em segundo lugar o Deputado Carlos Simões, em terceiro lugar o Deputado Federal Max Rosemann com 4%, e logo a seguir a minha candidatura com 3%. Mas esses números não questiono, acho que esses números talvez estejam corretos, não me cabe questionar esses números, mas gostaria de questionar um dado dessa pesquisa que me chamou muito a atenção.

Tem um candidato que não é candidato, que não está registrado no TRE, que nunca tinha ouvido falar na Cidade de Curitiba e moro aqui nessa cidade há 39 anos e já há 15 anos estou fazendo política, aliás, há 20 anos faço política nesta cidade e nunca tinha ouvido falar desse candidato e ele recebe 2% da pesquisa espontânea. Fico me perguntando, como é que uma pessoa que nunca foi candidato a nada na Cidade de Curitiba, ninguém conhece, é um jovem de 26 anos de idade ter 2% na pesquisa espontânea do IBOPE, numa cidade de 1.300.000 habitantes? Se este cidadão, deve ser um homem correto, uma pessoa de bem um jovem profissional que tem atividade na área de fisioterapia, pensou em ser candidato, apareceu duas vezes em duas entrevistas de rádio, na nossa cidade, não é candidato e aparece com 2% na pesquisa espontânea.

Gostaria que algum instituto, algum técnico me explicasse isso. Na minha visão não tem como aparecer isso, não é possível! É como se pegasse uma pessoa que trabalha aqui no meu gabinete, vamos pegar o meu chefe de gabinete, o Maurício, que não é conhecido de ninguém, que nunca foi candidato, colocam ele na lista de pesquisa do IBOPE e na semana que vem ele aparece com 2% na pesquisa espontânea, na Cidade de Curitiba. Quer dizer, a população de Curitiba, espontaneamente manifestou vontade de votar numa pessoa chamada Maurício, sem o conhecer, e sem que o seu nome tivesse sido veiculado publicamente na Cidade de Curitiba! Como é que isso pode acontecer? É um fato estranho!

Então me parece que a pesquisa eleitoral está sendo, não gostaria que isso fosse verdade, mas está sendo conduzida, os questionários estão sendo montados de forma tal, que as pessoas estão até correndo o risco de colocar pessoas que não são candidatos, que são profundamente desconhecidas da sociedade curitibana e apresentando índices que não tem como a gente

aceitar isso!

Não que: questionar que o Cássio passou o Carlos Simões, quero questionar os 2% do Elker Tossati. Alguém aqui conhece o Elker Tossati? Alguém Vereador, alguma liderança comunitária? Tem alguma história na Cidade de Curitiba, já participou de algum movimento, já esteve presente em algum evento, já fez alguma palestra para mais de 100 pessoas, aqui na cidade, algum congresso? Enfim, é isso, me aparece na pesquisa do IBOPE, viu Deputado Algaci Túlio, aparece na pesquisa do IBOPE com 2% o Elker Tossati, na espontânea.

Tem que informar lá o pessoal do IBOPE, pediria que o Deputado Algaci Túlio fizesse esta gentileza, tem que informar a este pessoal para conduzir estas pesquisas pelo menos com um pouquinho mais de credibilidade, porque ao aparecer o Elker Tossati com 2% na espontânea, não dá mais para acreditar que o Cássio tenha passado o Carlos Simões, me desculpe, não dá mais.

Então gostaria de sugerir, não sei se Vossa Excelência pode fazer esta incumbência, gostaria que o Deputado Tavares também informasse ao IBOPE, desse lá o quadro de como é a Cidade de Curitiba, porque o rapaz não é candidato, e tem que dizer para o IBOPE que ele nunca deu uma palestra para 50 pessoas, e a população de Curitiba, 2%, que é muita gente está dizendo que quer votar nele!

Então gostaria que o Deputado Tavares, o Deputado Algaci mandassem uma correspondência, instruissem o IBOPE, senão nós vamos ter que questionar o 39 do Cássio, o 33 do Carlos Simões, o 3 do Vanhoni, está complicado este negócio de pesquisa.

Falei no Senhor Deputado Algaci, porque o Senhor é Líder do Partido do Governo, tem uma responsabilidade muito grande, e o Deputado Tavares também pode ajudar nesta atribuição, o IBOPE precisa ser melhor informado senão começa a colocar o Zé Pinquim como candidato, e daqui a pouco vai aparecer com 4%, 5% na espontânea.

Isso retira a credibilidade do Instituto, isso pode nos levar a um juízo de valor a respeito da pesquisa, podemos começar a refletir que a pesquisa é uma farsa, que a pesquisa é fraudulenta, que a pesquisa está sendo conduzida, e não queremos aqui acreditar que a pesquisa é uma farsa, que a pesquisa é uma fraude. Queremos que a população tenha na pesquisa um retrato da verdade, do que está acontecendo na cidade. Mas esses episódios, podem levar a que a gente comece a suspeitar de que têm alguém por trás das pesquisas tentando manipular a consciência do povo esclarecido da nossa cidade. Com o aparte o Deputado Algaci Túlio, fiz essa sugestão ao senhor, porque o senhor é meu amigo, o senhor poderia prestar esse favor para

min, não conheço o pessoal do IBOPE, ele não é candidato, é profundamente desconhecido. Tem que dizer para o IBOPE, que ele não pode aparecer com 2%, se não retira a credibilidade de toda a pesquisa. Ele não deu palestra nessa cidade para 50 pessoas. Ele é um homem de 26 anos, tenho 20 anos de vida pública nunca tinha ouvido falar nesse rapaz.

(vozes paralelas)

Agora outra coisa que o senhor poderia consultar o IBOPE, porque se for verdade que ele tem 2%, vou propor que meu partido faça uma coligação com o Partido dele, porque ele não saiu candidato, vamos ver se a gente dá um jeito, porque ele está bem nas pesquisas. Estou com zero na pesquisa espontânea, e ele parece com 2%. Apoio ele se isso for verdade. Conversei com o Deputado Rosinha, a gente, faz um acordo com o partido, e vamos juntos com PMN, para tentar converter a população de Curitiba. Abro mão da minha candidatura. Acho que o IBOPE está mal informado de quem são os candidatos e de quem é possível aparecer com 2% na Pesquisa espontânea com um pouquinho de credibilidade.

O Sr. Algaci Túlio (Aparte) - Estou aqui pensativo nessas suas colocações, primeiro porque quero dizer a Vossa Excelência que nunca questionei pesquisas. Tenho sido graças a Deus, muito bem recomendado nas pesquisas, nos meus programas de rádio, de televisão, em todas as campanhas em que me envolvi. E mesmo quando estava atrás nunca questionei, procurei reverter os números com trabalho e com ações. Tenho certeza que esse é o papel que o Deputado Vanhoni faz, e quero cumprimentá-lo pela linha que o PT está adotando nesta eleição, PT inteligente, PT que tem proposta, que tem respeito pela cidade de Curitiba. Isso é muito importante. É realmente até estranho que Vossa Excelência não tenha tido até uns números melhores nas pesquisas.

Agora não vou questionar a questão do Elker, nem o conheço pessoalmente nem sei quem é. E também quero dizer a Vossa Excelência que não tenho nenhuma influência com o IBOPE e nem conheço Diretor do IBOPE, Presidente do IBOPE, dono do IBOPE, quem é, onde é.

Portanto não posso aceitar o convite de Vossa Excelência para ser um intermediário dessa sua lamentação. Me perdoe, mas não posso fazer esse papel. Espero, tenho certeza que Vossa Excelência vai ainda subir bastante na pesquisa e tenho certeza que vai contribuir para o processo democrático, inteligente na discussão da cidade de Curitiba. Me perdoe, esse papel não posso fazer porque não conheço ninguém. Pelo amigo faria qualquer sacrifício.

cio, mas não me pedir para ir ao IBOPE, pedir para que revejam os números aí.

O SR. ÂNGELO VANHONI - O Senhor não entendeu Deputado, não fiz o pedido em relação aos meus baixos números na pesquisa. Acho que os números estão razoáveis, para a nossa candidatura.

O Sr. Algaci Túlio - Agora em relação ao Cassio Taniguchi, acho que eles refletem a pura verdade. Ninguém mais do que eu, tem estado às 05:00 horas da manhã nos terminais do Transporte Coletivo, tem caminhado pelos bairros da cidade de Curitiba, e tem visto a adesão do povo de Curitiba a nossa chapa. Agora não vou questionar os outros números, estamos muito satisfeitos, graças a Deus.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Acredito nisso, Deputado.

O Sr. Antonio Belinati - Concede-me um aparte, Deputado?
(Assentimento).

Deputado Vanhoni, nosso respeito, nossa admiração pela sua simpatia e pela campanha digna que está fazendo como candidato a Prefeito de Curitiba. Tem uma boa proposta para a cidade. Acho até, brincava aqui com o nosso colega, Deputado Tavares, que é candidato a Prefeito de Londrina junto comigo, é que na verdade Vossa Excelência não deve ficar triste, porque pelo cálculo que fiz Vossa Excelência está com três pontos, porque se o IBOPE admite uma margem de erro três para baixo e três para cima, acho que Vossa Excelência pode até propagar que está com três pontos nas pesquisas.

O Sr. Emerson Werone - Deputado Ângelo Vanhoni, gostaria de lembrar Vossa Excelência que teria o meu voto se votasse aqui em Curitiba, porque a verdadeira maldição do IBOPE o Senhor vai conhecer depois do apoio informal do Senador Requião. Quero aqui lembrar dos índices do Governador Brizola na campanha de 1989, segundo o IBOPE, cada vez que o Brizola subia um ponto nas outras pesquisas, no IBOPE ele descia três. E, chegou uma hora que não tinha mais como descer. Daí eles estabilizaram o Brizola lá embaixo e, nos últimos dias o IBOPE foi obrigado a reconhecer os quase 16% de votos que o Brizola tinha. Lembro-me da curva que o Brizola desenhava na pesquisa do IBOPE nos últimos dias foi uma coisa fantástica. Tenho certeza que, aí Deputado Algaci Túlio, é um pedido do Deputado Ângelo Vanhoni, que, quem está mandando esses números prontos lá por xerox, por fax, lá para o IBOPE para que eles divulguem, não deve ter a informação

de que este senhor não é candidato, desculpe não sei o nome do candidato que está com 2%, mas a assessoria que prepara este fax para mandar para o IBOPE proclamar, deveria ser avisada que este senhor não é mais candidato.

O Sr. Algaci Túlio - Então o Deputado Werone está achando que a assessoria do governo, do Prefeito, da campanha do Taniguchi está mandando fax. Isto é um absurdo.

O Sr. Emerson Werone - Desculpe, mas não disse isto com referência ao Senhor. Disse que o Deputado Vanhoni está tentando avisar o IBOPE de alguma forma. Inclusive eu, na medida do possível vou avisar e vou tentar descobrir quem está passando este fax errado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Gostaria apenas de registrar aqui a presença do Vereador de Pato Branco, a nossa cidade, Gilmar Francisco Pastorello. Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Gostaria de solicitar a esta Presidência que amanhã estará aqui o vice-Presidente da Kaiser que virá falar sobre a construção da fábrica em Ponta Grossa, e, também sobre a situação do ICMS no Paraná. Então, estou solicitando à Mesa via Requerimento, que seja cedido o Grande Expediente de amanhã para o vice-Presidente da Kaiser. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao
PSDB (Declina).
PFL (Declina).
PMDB com a palavra.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

"A imprensa paranaense vem divulgando nos últimos meses, casos de irregularidades em processos de licitação, promovidos por órgãos públicos estaduais. Numa constância que chega a ser assustadora. Na COPEL e na SANEPAR concorrências foram suspensas porque jornais publicaram, antecipadamente, através de mensagens cifradas, quais as empreiteiras que seriam vencedoras da licitação. Na COMET, uma concorrência para obra na Região Metropolitana de Curitiba foi colocada sob juízo por suspeita de favorecimento a determinadas construtoras. Não se conhecia dentro do serviço público paranaense uma

sequência dessa ordem de procedimentos irregulares em processos de concorrências.

Mas, em que pese a repercussão negativa que nunca será apagada da mente da população, pelo menos nesses 3 casos o Governo, de alguma forma, está demonstrando uma certa preocupação - buscando o resguardo da moralidade - o que, aliás, é sua obrigação e seu dever. É o mínimo que se espera de um governo que se quer correto e que nada tem a esconder.

Mas, e o escabroso caso da fazenda Jangadinha em Cascavel envolvendo até a última raiz do cabelo o Banco do Estado do Paraná, fartamente divulgado pela imprensa local, em que pé se encontra, illustre Deputado Doutor Rosinha? Sabemos que Vossa Excelência enviou ofício à presidência do BANESTADO, solicitando informações oficiais acerca dessa nebulosa transação entre o Banco do Governo do Paraná e o Prefeito de Vera Cruz do Oeste, Nelson Thomazinho. Já recebeu a resposta? Os esclarecimentos foram satisfatórios? Ficou alguma dúvida no ar? Ou será que não recebeu resposta alguma?

Se o Deputado Rosinha foi contemplado ou não com a especial deferência da diretoria do Banco do Estado do Paraná é outro assunto. Na verdade, é a opinião pública que está a reclamar e merecer uma satisfação por parte do Governo do Paraná a respeito desse rumoroso caso. Não vimos até o momento uma linha sequer estampada nos órgãos de imprensa, que expressasse qual posição o Governo assumiu diante de tão contundente denúncia. O suspeito silêncio das nossas principais autoridades deixa margem a variadas interpretações e permite que cada um faça o seu juízo.

Ora, se a imprensa expõe à população, com fatura de documentos, que o BANESTADO recebeu do Prefeito de Vera Cruz do Oeste, em setembro de 1995, a fazenda Jangadinha, com 291 alqueires, por R\$ 1.290.000,00, e menos de um ano depois coloca essa mesma propriedade à venda por R\$ 570.000,00, então o erário público está sendo lesado em mais de R\$ 700 mil reais. Será que o Governo Jaime Lerner compactua com esse tipo de procedimento? Aplica-se, nesse caso, o ditado de que "quem cala consente"?

Por outro lado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o BANESTADO entregou a fazenda Jangadinha em comodato a um particular, segundo consta, um médico-veterinário, que admite não estar pagando nada pelo uso das pastagens da propriedade. E, pasmem, esse cidadão sublocou parte da área a outros dois criadores de gado, deles auferindo rendimentos pecuniários. Uma situação totalmente irregular, na qual o patrimônio público serve de renda a particular. Inaceitável.

Além do mais, foi divulgado que o Pre-

feito de Vera Cruz do Oeste, Nelson Thomazinho, antes da transação com o Banestado por quase um milhão e trezentos mil reais, estava em adiantada negociação com um fazendeiro do vizinho Município de Corbélia para a venda da fazenda Jangadinha por quinhentos mil reais, para quitar, aliás, um débito seu com o BANESTADO da ordem de R\$ 300.000,00. Uma inquestionável situação de superfaturamento. E quem intermediava o negócio entre o Prefeito e o fazendeiro de Corbélia era justamente o tal veterinário, a quem o Banco conseguiu ver o tal contrato de comodato, apesar de insistentemente solicitado.

E, para agravar ainda mais a situação, a fazenda Jangadinha foi invadida no começo do mês de julho, por cerca de 90 famílias de trabalhadores sem-terra, que lá ainda se encontram, apesar de reintegração de posse concedida ao BANESTADO pelo Juízo de Cascavel. Se for necessária força policial para o cumprimento do mandado judicial, há sérios riscos de confronto entre a Polícia Militar e os invasores.

Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury.

Mas, não é esse o ponto central da questão que me traz a esta Tribuna.

Aqui estou para cobrar do Governo do Paraná um pronunciamento sobre esse episódio, que respinga lama num estabelecimento de crédito oficial que sempre teve o respeito e o prestígio da população paranaense. Não quero acreditar que o Governador, Jaime Lerner esteja envolvido ou tenha conhecimento desse episódio, mas quero cobrar do Governador Jaime Lerner uma atitude firme e decidida para o perfeito e definitivo esclarecimento desse negócio entre o BANESTADO e a Prefeitura de Vera Cruz do Oeste e o Prefeito de Vera Cruz do Oeste. A opinião pública deve ser informada dos atos de Governo e aqueles que transgrediram as normas jurídicas ou a ética e a moralidade devem ser exemplarmente punidos. Mais do que uma troca de acusações entre o Presidente do BANESTADO e o Gerente Regional de Cascavel, o que a população espera do Governo do Paraná é o cabal esclarecimento do caso. E esta Casa tem também o dever e a obrigação de exigir os esclarecimentos necessários, no exercício do papel de Poder fiscalizador dos atos do Executivo. Caso não tenhamos em breve respostas às nossas dúvidas e as informações sobre o que aqui foi colocado, retornaremos a esta Tribuna para cobrarmos uma posição e, possivelmente, propor a formação de uma CPI específica para resolver e para esclarecer à população do Paraná e do Oeste do Paraná sobre essas graves denúncias, envolvendo o Banco do Estado do Paraná em relação a fazenda Jangadinha.

Era isso, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra PTB, PDT, Liderança do Governo (todas declinam).

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - O Deputado estava na Tribuna, dirigiu a mim uma série de questões a respeito de uma pedido de Informação feito à Direção do Banco do Estado do Paraná, mais especificamente ao Secretário de Estado, Secretário Salomão. Assim que tornou pública a denúncia através do Jornal Gazeta do Paraná, baseado no Artigo 5º do Inciso 33, da Constituição Federal que me dá o direito de pedir informações e baseado em legislação específica, legislação federal. Entrei com um ofício, um requerimento solicitando a documentação de inteiro teor desse processo. Está transcorrendo, tem de acordo com a legislação 15 dias, já esgotados para que fosse entregue. As dúvidas são todas Deputado, porque não foi enviado nenhum documento para esclarecer. Já esgotado o período legal estabelecimento pela legislação.

Nós faremos novamente uma interpelação ao Secretário de Estado não vindo essa documentação a nossa intenção é entrar com um processo judicial para obter essa documentação. Porque, se tivesse toda a lisura, provavelmente a documentação já estava presente. Não chegando essa documentação significa que colocasse um véu de suspeita sobre tal documentação.

Acho que aí é bem-vinda a proposta de V.Exa. de pedir a CPI e terá o apoio deste Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores

Deputados Geraldo Cartário e Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 307/96, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Desembargador Francisco Cunha Pereira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/95, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que autoriza a Secretaria de Estado da Segurança Pública, edificar no Município de Paranavaí, o Instituto Médico Legal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Com EMENDA da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que concede o Título de Cidadã Benemerita do Paraná, à Senhora Emília de Salles Belinati. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública, a Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança, Guardas, Transportadores de Valores e Similares do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/96, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Vidigal, com sede e foro no Município de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/96, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública, o Clube de Amigos Alemães - Klub Deutsche

Freunde, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECE FAVORÁVEL da C.C.J. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/96, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação da Casa Familiar Rural de Rosário do Ivaí, com sede e foro na localidade de Campineiro do Sul, Município de Rosário do Ivaí-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. Aprovado o Substitutivo Geral. (Publ. no D.A. nº 58, de 13.05.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 178/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Edson Lino visa declarar de Utilidade Pública a Associação da Casa Familiar Rural de Rosário do Ivaí.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, regimental e constitucional constatamos que o mesmo foge do estabelecido pelas regras da técnica processual legislativa.

Sendo assim, somos de parecer Favorável na forma da Emenda em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

GERALDO CARTÁRIO

Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 178/96

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação da Casa Familiar Rural de Rosário do Ivaí", com sede e foro no Município de Rosário do Ivaí.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

GERALDO CARTÁRIO

Relator.

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/96, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Escola Especial Roberto Farias da Silva - APAE de Tapira, com sede e foro no Município de Tapira-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 78, de 04.06.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 234/96

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Durval Amaral, visa declarar de Utilidade Pública a Escola Especial Roberto Farias da Silva, de Tapira.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, regimental e constitucional, constatamos que o mesmo foge do estabelecido pelas regras técnicas processual legislativa.

Sendo assim, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

GERALDO CARTÁRIO

Relator.

EMENDA MODIFICATIVA AO ART. 1º
DO PROJETO DE LEI Nº 234/96

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Especial Roberto Farias da Silva, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tapira, com sede no Município de Tapira e foro no Município de Cidade Gaúcha.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator.

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Ministério Ondas de Paz de Evangelização - MOPE, com sede e foro na Cidade de Curitiba- Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 99, de 27.06.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 290/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública, o Ministério Ondas de Paz e Evangelização - MOPE, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78, que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua norma tramitação.

Assim sendo, somos de parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

IRONDI PUGLIESI

Relator.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação União Popular de Itaperuçu, com sede no Município de Itaperuçu e foro no Município de Rio Branco do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 300/96

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação União Popular de Itaperuçu, com sede no Município de Itaperuçu e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.96

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, Associação União Popular de Itaperuçu, registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos em 14.01.1992, tem durante todos esses anos muito colaborado com a municipalidade de Itaperuçu para a melhoria de condições de vida de seus habitantes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 300/96

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei em tela visa declarar Utilidade Pública a "Associação União Popular de Itaperuçu", com sede no Município de Itaperuçu e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua tramitação normal, uma vez que a entidade em questão tem durante todos esses anos muito colaborado com a municipalidade de Itaperuçu, para a melhoria de condições de vida de seus habitantes.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

WALMOR TRENTINI

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs 680 e 681 de autoria do Senhor Deputado Orlanb Passuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 682 e 685, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 683 e 684 de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 686 e 687, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 691, de autoria do Senhor Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 269, 270 e 273/96.

Marca ainda uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 08, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 396/95 e 177/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 178, 234, 269, 270, 273, 299 e 300/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 246, 247, 253, 264 e 266/96.

Levanta-se a Sessão.